

## PROJETO DE LEI N.º

, DE 2017

(Do Sr. Capitão Augusto)

Altera a Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 50, no inciso II do § 30 do art. 37 e no § 20 do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 50, no inciso II do § 30 do art. 37 e no § 20 do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Art. 2º O art. 23 da Lei nº 12.527, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23.	 	

 IX – permitir a identificação dos membros de ministério público estadual ou federal.

Parágrafo único. Fica vedada a divulgação pública de informações funcionais dos membros de ministério público estadual ou federal, cuja consulta somente poderá ser realizada mediante requerimento devidamente fundamentado, a ser submetido à autoridade máxima do respectivo órgão." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 12.527, de 2011, veio trazer a transparência para o serviço público por meio do acesso aos cidadãos de informações funcionais.

Ocorre que esse livre acesso a informações funcionais, por meio do portal de transparência, têm colocado os membros dos ministérios públicos estaduais e federal em exposição a grave risco de vida.

Isso porque é sabido que esses valorosos agentes públicos são perseguidos implacavelmente por sua atuação contra o crime e tem acontecido, conforme inclusive já objeto de notícias da mídia, que os criminosos têm utilizado o acesso do portal da transparência para identificar se o cidadão integra determinado órgão público. Acaso positivo, utilizam dos seus meios escusos para atentar contra o agente público e sua família.

Por isso, é imprescindível uma pronta reação deste Legislativo para alterar a legislação, no ponto que trata da possibilidade de proteção às informações necessárias à segurança da sociedade e do Estado, de forma a deixar expressamente consignada a proibição da disponibilização de qualquer acesso a identificação dos membros de ministério público estadual ou federal.

Em face o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares

para a aprovação deste importante projeto de lei.

Sala das Sessões, em

de

de 2017.

## Deputado CAPITÃO AUGUSTO